



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

CNPJ nº 03.758.318/0001-24

NIRE 35.3.006.5.750-1

Código CVM 18775

Companhia Aberta

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022 e na Resolução CVM nº 81/2022 e visando à instrução dos Acionistas quanto às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.- INVEPAR (“Companhia” ou “Invepar”) a ser realizada em 30/04/2026, às 11h (“AGOE”), conforme Edital de Convocação publicado de acordo com o art. 124 da Lei nº 6.404/76, disponibiliza-se nesse documento as informações previstas nos artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81/2022.

SUMÁRIO

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À APROVAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 30 DE ABRIL DE 2026.....	3
ANEXO I - OS COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA COMPANHIA, NA FORMA DA SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA:	6
ANEXO II - INFORMAÇÕES SOLICITADAS NO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº81/2022.....	30
ANEXO III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS ÀS PROPOSTAS DE ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE MEMBROS PARA O CONSELHO FISCAL. (ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):.....	33
ANEXO IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):.....	39

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026.

Com relação às matérias a serem deliberada na AGOE da Companhia, a Administração propõe:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2025.

A administração propõe que os acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e aprovem os referidos documentos, a serem publicados pela Companhia no jornal Diário Comercial no prazo legal, conforme recomendação do Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2026 e Parecer do Conselho Fiscal emitido em 20 de março de 2026.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia, na forma da seção 2 do Formulário de Referência, conforme art. 10, inciso III da Resolução CVM nº 81/2022 estão disponíveis no Anexo I desta Proposta.

(ii) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2025.

A Administração propõe que seja aprovada a absorção do Lucro Líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 284.229.877,21 (duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e um reais) pela conta dos prejuízos acumulados. Em decorrência dos prejuízos acumulados, não há proposta por parte da Administração para a destinação dos resultados para constituição de reservas ou distribuição de lucros.

As informações solicitadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022 estão disponíveis no Anexo II desta Proposta.

(iii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

A administração informa que, até o momento, recebeu a indicação dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato de 1 (um) ano:

- (a) Nilton Brunelli de Azevedo, como membro titular, sendo seu suplente Douglas Carvalho Pereira;
- (b) Gabriel Sollero Figueira, como membro titular; ficando vaga o cargo de suplente;
- (c) Marcelo Drugg Barreto Viana, como membro titular, sendo seu suplente Adriano Meira Ricci;
- (d) (aguardando as indicações dos Acionistas PETROS)

(iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração e nomeação do Presidente e Vice-Presidente.

A administração informa que, até o momento, recebeu a indicação dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos:

- a) Vagner Lacerda Ribeiro (Presidente)
- b) Carlos Massaru Takahashi (Vice- Presidente)
- c) Olivier Michel Colas
- d) (aguardando as indicações dos Acionistas PETROS)

Os acionistas que desejarem indicar candidatos poderão fazê-lo previamente, mediante envio de correspondência eletrônica para governancacorporativa@invepar.com.br ou, no momento da AGOE, apresentando as informações e declarações exigidas pela Lei e pela regulamentação em vigor. A Administração divulgará as indicações para o Conselho Fiscal que venham a ser recebidas dos acionistas na forma da regulamentação aplicável.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022, as informações relativas à experiência profissional dos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III desta Proposta.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(i) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal.

A administração propõe que seja aprovado o montante global e anual de até R\$6.949.889,39 (seis milhões, novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos) para a remuneração dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria). Além disso, propõe a aprovação da remuneração para o Conselho Fiscal no valor de até R\$472.232,57 (quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Da remuneração acima proposta para aos administradores, o montante de R\$2.858.853,74 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos) será devido a título de remuneração variável no cenário de efetivo atingimento de metas atreladas a preservação da continuidade financeira da Companhia e a implementação de medidas de estabilização de sua liquidez, em linha com o processo de reestruturação em curso.

Adicionalmente, cabe esclarecer que na remuneração dos administradores ora proposta houve a inclusão de reajuste salarial recompondo a inflação em maio de 2026. Além desse valor, em relação a diretoria são acrescidos os valores do Programa de Incentivo de Curto Prazo (ICP) de 2025 previstos para pagamento em 2026 e os benefícios acrescidos da inflação (médico, odontológico, vale refeição, seguro de vida e previdência privada), e, ainda, as parcelas do pacote de retenção previstas para pagamento em 2026. Dentro do montante estimado, foi considerado ainda a reposição do CFO da Companhia para abril de 2026.

As informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 8 do Formulário de Referência, conforme previsto na Resolução CVM nº 81/2022, são apresentadas no Anexo IV desta Proposta.

(ii) Rerratificar o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A administração propõe que seja aprovada a rerratificação do montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$3.715.808,65 (três milhões, setecentos e quinze mil, oitocentos e oito reais e sessenta e cinco centavos) para R\$3.889.877,11 (três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), o que corresponde a uma diferença de R\$174.068,46 (cento e setenta e quatro mil, sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

A remuneração no exercício de 2025 foi superior à prevista em razão do pagamento de verbas rescisórias à ex-administradores da Companhia.

Guarulhos, 30 de março de 2026.

Vagner Lacerda Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

No item 2.1, são apresentadas as informações contábeis e gerenciais da Companhia, ambas em base consolidada. As informações contábeis foram extraídas das Demonstrações Contábeis da Companhia. As Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024 foram elaboradas em conformidade com as regras de consolidação previstas no CPC 36, vigente desde 1º de janeiro de 2013. Nesse contexto, a GRU Airport, concessionária controlada indiretamente pela Companhia, na qual detém participação de 40,8% do capital social em 2025 e 2024, é consolidada integralmente, enquanto a ViaRio é reconhecida nas Demonstrações Contábeis pelo método da equivalência patrimonial. Em outubro de 2022, a empresa coligada CRT encerrou sua concessão, sendo seu investimento apresentado na linha de operações descontinuadas, assim como os resultados da Via 040, que encerrou suas operações em 2024. Em relação à LAMSA, a participação remanescente de 39,7%, decorrente da dação em pagamento prevista no Acordo de Reestruturação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2020, permanece classificada como ativo mantido para venda. A Diretoria esclarece que os resultados obtidos, bem como as variações nas contas patrimoniais, de resultado e de fluxo de caixa, refletem os impactos das informações constantes das Demonstrações Contábeis sobre a situação financeira da Companhia. Ressalta-se que os resultados históricos não constituem garantia de desempenho futuro. A Diretoria esclarece que os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas de resultado patrimoniais e de fluxo de caixa consideram os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Contábeis na situação financeira da Companhia. Os Diretores não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. A Diretoria recomenda aos leitores deste Formulário de Referência acompanhem a publicação das Informações Financeiras Trimestrais e das Demonstrações Financeiras Anuais de 2024, divulgadas no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br/>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>). A Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários, bem como no processo de relicitação da Via040.

As Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*) e auditadas por auditores independentes.

A seguir serão prestadas as informações exigidas para a seção 2 do Formulário de Referência. Os valores de 2025 e 2024 foram extraídos das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 2025.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A INVEPAR encerrou 2025 com 3 concessões operacionais, das quais 2 no segmento de rodovias (LAMSA e VIARIO) e 1 aeroporto, o GRU *AIRPORT*. A Companhia concentra seus ativos no Brasil. Dessa forma, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial pelas taxas de juros, inflação, crescimento do produto interno bruto (“PIB”), indicadores de emprego e renda, políticas macroeconômicas e sociais dentre outros fatores.

Indicadores Selecionados	2025	2024	Varição
Receita Líquida de Serviços	3.779,7	3.260,9	518,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	976,2	892,8	83,4
Capital Circulante Líquido	571,8	56,1	515,7
Passivo total	19.768,5	20.062,8	(294,3)

A receita líquida de serviços da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era respectivamente de R\$ 3.779,7 e R\$ 3.260,9 milhões, um aumento de 15,9% em relação ao ano anterior, sendo o setor aeroportuário o responsável por este aumento.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de R\$ 976,2 e R\$ 892,8 milhões, respectivamente. A posição de caixa e equivalentes de caixa, no exercício de 2025 apresentou acréscimo de 9,3%, comparado ao ano de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou, em seu resultado consolidado, capital circulante líquido no montante de R\$ 571,8 e de R\$ 56,1 milhões, respectivamente. Segundo a diretoria, o motivo do aumento de 914% observado em 2025 em relação a 2024, deve-se principalmente ao aumento da receita, e geração de caixa de GRU *Airport*.

O passivo total da Companhia, representado pelo passivo circulante e o passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de R\$ 19.768,5 e R\$ 20.062,8 milhões, respectivamente.

Em 2025 a INVEPAR efetuou o pagamento parcial de R\$ 361,8 milhões do saldo de dívida. O valor de R\$ 349,7 milhões foi quitado ao debenturista Mubadala através da Dação em pagamento de 60,3% das ações da LAMSA, permanecendo a Invepar com 39,7%.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital (em milhões de reais):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo total	19.768,5	20.062,8
Total de caixa e equivalente de caixa	976,2	892,8
Endividamento líquido	18.792,3	19.170,0
Patrimônio líquido	(3.467,1)	(4.206,0)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a estrutura de capital da Companhia era respectivamente composta por:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capital próprio	-21,27%	-26,52%
Capital de terceiros	121,27%	126,52%

As captações externas são vinculadas aos procedimentos de gestão de recursos em que não há exposição desnecessária dos seus ativos. Além disso, a Companhia realiza um contínuo acompanhamento de mercado para melhorar as condições de suas negociações.

Hipóteses de resgate: Os Diretores informam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em seu Estatuto Social prevendo tal possibilidade.

Fórmula de cálculo do valor de resgate: Os Diretores informam que não há uma fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em seu Estatuto Social prevendo tal possibilidade.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizavam, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o montante de R\$ 976,2 e R\$ 892,8 milhões, respectivamente.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dívida - Curto prazo		
Empréstimos e financiamentos	468,4	422,9
Debêntures	586,0	305,4
Dívida - Longo Prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.446,9	1.761,8
Debêntures	-	831,1
Caixa e equivalente de caixa	976,2	892,8
Ebtida	3.060,6	1.551,8
Dívida líquida/EBTIDA	(0,48)	0,81
EBTIDA Ajustada	3.045,7	2.329,8

Ao longo dos últimos anos, a Companhia manteve controlada sua alavancagem medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA. No entanto, os Diretores acreditam ainda ser necessário alongar o passivo de curto prazo, especialmente os financeiros, buscando reperfilamento da dívida em prazo e condições adequadas as expectativas de geração de caixa e execução do plano de negócios.

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado por meio das atividades operacionais desenvolvidas por suas controladas e coligadas e empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o EBITDA (conforme acima definido) da Companhia totalizou R\$ 3.060,6 e R\$ 1.551,8 milhões, respectivamente. O EBITDA consiste no lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o acréscimo da participação minoritária, do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, das receitas (despesas) financeiras líquidas, depreciação e amortização.

Além do EBITDA, a Companhia utiliza o EBITDA Ajustado, o qual consiste no EBITDA da Companhia, excluindo-se a margem de construção (diferença entre a receita de construção e o custo de construção), a provisão para manutenção, os resultados do Ativo Mantido para Venda, os resultados das Operações Descontinuadas e os lançamentos de *Impairment*. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 3.045,7 e R\$ 2.329,8 milhões, respectivamente.

Mais informações sobre o EBITDA e o EBITDA Ajustado podem ser verificados no Relatório da Administração da Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia financiou suas atividades, especialmente para a implantação e manutenção dos seus projetos e de suas controladas e coligadas, bem como para o cumprimento de seus respectivos objetivos sociais, por meio de captação de recursos através de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo firmados com instituições financeiras de primeira linha, emissão de valores mobiliários, tais como debêntures e debêntures conversíveis, além de receita decorrente do fluxo de caixa operacional das controladas e coligadas.

Para maiores informações acerca dos principais contratos financeiros da Companhia, vide item 2.1 “f”.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores da Companhia frequentemente avaliam, frequentemente, novas oportunidades de negócio, e podem vir a financiar tais investimentos com o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e com o caixa gerado pelas operações da Companhia, com a contratação de empréstimos e financiamentos, bem como pela combinação de tais mecanismos.

- Estudos para soluções de liquidez: Com o auxílio de assessoria especializada, a diretoria da Companhia segue avaliando as alternativas de captação de recursos para injetar liquidez necessária para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Em 08 de setembro de 2021 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para: (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 49,3 milhões compensado com a contribuição fixa de 2022; e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1,2 milhões ao mês, atualizado a partir de dezembro de 2020 pelo IPCA, para ser compensado da contribuição fixa. Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma: (i) Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029; (ii) Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e (iii) Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022. Em 13 de novembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que prevê a prorrogação da vigência do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$ 1.400,0 milhões em investimentos, dentre outras disposições.

Acordo de Reestruturação: Após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê uma solução definitiva para a estrutura de capital da Companhia, com redução significativa da sua dívida, envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 20 de outubro de 2023, foi assinado o Segundo Aditamento do Acordo de Reestruturação ditando os novos termos para quitação parcial do saldo em aberto das debêntures. Em função desse aditivo em 06 de dezembro de 2023, foi divulgado fato relevante em decorrência da assinatura do Contrato de Compra e Venda (“SPA”) com a Monte Forte Holding Participações S.A. subsidiária da Monte Rodovias S.A, do total da participação da INVEPAR (92,92%) da Concessionária Litoral Norte S.A.

Dação em pagamento: Em decorrência da finalização do litígio junto à Prefeitura do Rio de Janeiro e do vencimento antecipado das 3ª e 5ª emissões de debêntures, a Companhia adotou medidas para viabilizar a negociação com seus credores, incluindo a celebração de acordos de *standstill* e a conclusão da dação em pagamento das ações da LAMSA, conforme previsto no Acordo de Reestruturação. A operação foi concluída em 31 de dezembro de 2025, mediante a transferência de 60,3% do capital social da LAMSA, permanecendo a Invepar com participação de 39,7%. Com a referida operação, a Companhia quitou integralmente o montante de R\$ 349,8 milhões, correspondente às 3ª e 5ª emissões de debêntures detidas pelo debenturista Mubadala. Em 1º de fevereiro de 2026, os demais debenturistas reconheceram a regularização do vencimento antecipado. Diante da adimplência das obrigações financeiras, a Companhia optou por não prorrogar os acordos de *standstill*, mantendo, contudo, negociações em andamento visando ao alongamento de seu perfil de endividamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Posição de Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela abaixo nas datas indicadas foram preparados e estão sendo apresentados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

Abaixo estão descritas as dívidas mais relevantes do grupo contratadas ou emitidas no último exercício social:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Empréstimos e financiamentos	468,4	422,9
Debêntures	586,0	305,4
Circulante	<u>1.054,4</u>	<u>728,3</u>
Empréstimos e financiamentos	1.446,9	1.761,8
Debêntures	-	831,1
Não circulante	<u>1.446,9</u>	<u>2.592,9</u>
Empréstimos e financiamentos	1.915,3	2.184,7
Debêntures	586,0	1.136,4
Total	<u>2.501,3</u>	<u>3.321,2</u>

Endividamento por Empresas:

Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia			2025	2024
							Total circulante	Total não circulante	TOTAL	TOTAL
GRU <i>Airport</i>	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	468,4	506,9	975,3	1.368,2
GRU <i>Airport</i>	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	-	-	-	2,4
GRU <i>Airport</i>	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	226,9	-	226,9	486,7
GRU <i>Airport</i>	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	-	-	-	(1,0)
INVEPAR	Empréstimos	Real	out/27	CDI	1,00%	(a)	-	940,0	940,0	814,1
INVEPAR	Debêntures	Real	ago/26	IPCA	6,50%	(a)	359,1	-	359,1	650,7
							1.054,4	1.446,9	2.501,3	3.321,2

Onde:

- (a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de maneira pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria para a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria sendo devedora.

Empresas	Dívida	Covenants	Periodicidade	dez/23	dez/24	dez/25
Invepar	Debêntures	Capital Social/(Div. Líq. + Capital Social) ($\geq 20\%$)	Trimestral	83,9%	73,1%	77,1%

Em 19 de maio de 2025, a INVEPAR divulgou fato relevante informando ao mercado que a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os *ratings* da Companhia, passando de ‘CC’ na Escala Global e de ‘brCC’ na Escala Nacional para ‘D’. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar (“Debêntures”), passando de ‘brC’ para ‘D’.

Em 01 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu manifestação escrita dos demais debenturistas no sentido de considerar sanado o vencimento antecipado anteriormente existente das Debêntures.

Em 2025:

Em 28 de março de 2025, foi concluída a operação de alienação da totalidade da participação detida pela Companhia (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A. A transação resultou no recebimento de R\$ 67 milhões na data de fechamento, além de parcela adicional de R\$ 30 milhões, cujo pagamento permanece condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes e/ou obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2025, foi concluído a operação da dação em pagamento de 60,3% da participação da empresa Linha Amarela S.A. – LAMSA, quitando integralmente o montante de R\$ 349,8 milhões das debentures detidas pelo investidor Mubadala.

Em 2024:

Em decorrência da extinção antecipada do Contrato de Concessão da BR 040 S.A em 05 de agosto de 2024, o saldo de empréstimos foi transferido para a Invepar por meio de Assunção de Dívida, conforme previsto no 8º e o 9º Aditamentos ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Os Diretores informam que nos últimos exercícios sociais, a Companhia, no curso normal dos seus negócios, criou e manteve relacionamento comercial com as principais instituições financeiras atuantes no país, respeitando-se as regulamentações aplicáveis aos mercados de capitais, bancário e de seguros. As relações estabelecidas entre a Companhia e as instituições estão descritas neste Formulário de Referência. Portanto, não há outras relações de longo prazo estabelecida com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei.

(iv) eventuais restrições impostas à companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições

Seguem abaixo as principais restrições dos contratos de financiamento em 31/12/2025:

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU *AIRPORT* (Partes

Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT e (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT e VIA040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- O contrato de acordo de reestruturação de dívida da empresa INVEPAR, possui cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas pelo mesmo controlador da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

Eventual declaração de vencimento antecipado da dívida da INVEPAR: (i) Instrumento particular da 3ª Emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime misto de colocação, da INVEPAR S.A. com saldo, em dez/25, de R\$ 87,5 milhões; (ii) Instrumento particular de Escritura da 5ª Emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da INVEPAR S.A. com saldo, em dez/25, de R\$ 271,7 milhões; (iii) Contratos de Honra Voluntária das Cartas Fiança da Via 040, celebrado em 14 de outubro de 2020, com saldo, em dez/25, de R\$ 940 milhões e (iv) Instrumento particular de Escritura da 8ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, sendo as debêntures da primeira série da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, e as debêntures da segunda série da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, em rito de registro automático de distribuição, da Concessionária Via Rio S.A., com saldo em dez/25 de R\$ 642,3 milhões.

**(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
2025**

TOMADOR	Dívida	Valor Contratado (R\$ mil)	% liberado	% a liberar
INVEPAR	3ª emissão de debêntures	2.000.000	89%	0% - O saldo correspondente aos 11% foram cancelados.
INVEPAR	5ª emissão de debêntures	1.370.000	100%	0%
INVEPAR	ITAU	250.000	100%	0%

INVEPAR	BB	250.000	100%	0%
INVEPAR	BRADESCO	250.000	100%	0%
INVEPAR	BTG Pactual	215.750	100%	0%
GRU AIRPORT	BNDES	2.439.300	87%	13%
GRU AIRPORT	BANCO DO BRASIL	207.600	84%	16%
GRU AIRPORT	ITAÚ	207.600	84%	16%
GRU AIRPORT	CEF	207.600	84%	16%
GRU AIRPORT	BRADESCO	415.200	84%	16%
GRU AIRPORT	2º emissão de debêntures	300.000	100%	0%

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
Exercício Social Encerrado em 2025

A tabela abaixo indica comparação das demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	2025/2024				
	2025	A.V. %	2024	A.V. %	Var. %
Receita de serviços	3.779,7	98,99%	3.260,9	97,89%	15,9%
Receita de construção	38,4	1,01%	70,4	2,11%	-45,5%
Receita líquida	3.818,1		3.331,3		14,6%
Custo de serviços	-1.924,0	-50,39%	-1.865,6	-56,00%	3,1%
Custo de construção	-38,4	-1,01%	-70,4	-2,11%	-45,5%
Lucro bruto	1.855,7	48,60%	1.395,3	41,89%	33,0%
Despesas gerais e administrativas	-166,8	-4,37%	-171,7	-5,15%	-2,8%
Equivalência patrimonial	-1,8	-0,05%	-8,9	-0,27%	-80,1%
Outras despesas/receitas operacionais	357,9	9,37%	-27,8	-0,83%	-1389,0%
Result. antes das rec. e desp. financeiras	2.045,0	53,56%	1.187,0	35,63%	72,3%
Receitas financeiras	579,7	15,18%	371,5	11,15%	56,0%
Despesas financeiras	-1.753,8	-45,93%	-1.744,1	-52,36%	0,6%
Resultado antes dos impostos	871,0	22,81%	-185,7	-5,57%	-569,1%
Imposto de renda e contribuição social	-144,4	-3,78%	70,2	2,11%	-305,8%
Lucro (Prejuízo) do exercício operações continuadas	726,6	19,03%	-115,5	-3,47%	-729,1%
Atribuível aos acionistas não controladores	457,2	11,98%	7,5	0,22%	0,0%
Atribuível aos acionistas controladores	269,4	7,05%	-123,0	-3,69%	-319,0%
Lucro (Prejuízo) do exercício de ativo mantido para venda e operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	14,9		-757,1		-102,0%
Lucro (Prejuízo) do exercício	741,5		-872,5		-185,0%
Atribuível aos acionistas não controladores	457,2		7,5		6001,3%
Atribuível aos acionistas controladores	284,2		-880,0		-132,3%

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Receita líquida de serviço

A receita líquida de serviços passou de R\$ 3.260,9 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 3.779,7 milhões em 31 de dezembro 2025, ou seja, aumento de R\$ 518,8 milhões (15,9%). Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

(Em milhares de reais)	2025	2024
Segmento Aeroportos	3.779.666	3.260.905
Total	3.779.666	3.260.905

Segmento de Aeroportos: Aumento de R\$ 518,8 milhões ou 15,9% em relação ao ano anterior, principalmente pela retomada na demanda de passageiros e MTA.

1. Passageiros: Aumento de 8,3% de PAX Total 2025: 47,2 milhões x 2024: 43,6 milhões. Um crescimento significativo de 6,9% no internacional atribuído aos aumentos de frequência nos destinos Buenos Aires, Bariloche e Córdoba, operados por Gol e Latam; Lima, Orlando, Montevideu, Milão, Lisboa, Los Angeles, Roma, Johannesburgo, Barcelona e Mendoza, com a Latam; e San José, Aruba, Bogotá, Punta Cana e Medellín, com a Gol; Bogotá com a GOL, Latam e Avianca; Santiago devido a escala com a Turkish e com a Latam. O segmento doméstico registrou um aumento de 9,0% comparado a 2024, com lançamento de rotas para Fernando de Noronha PE, Dourados – MS, Bonito – MS e Boa Vista – RR com a Latam e Fernando de Noronha – PE com a GOL. Durante o ano foram servidos 58 destinos domésticos regulares no Brasil.
2. Aeronaves: Aumento de 5,9% no número de movimentação de aeronaves. A movimentação foi impulsionada principalmente pelos voos internacionais, que registraram um crescimento de 7,0%, enquanto os voos domésticos tiveram uma elevação de 5,5% em relação ao ano de 2024.
3. Cargas: Aumento de 1,3% de Volume de carga frente ao mesmo período do ano anterior sendo, 342,3 mil tons em 2025 x 338,0 mil tons em 2024. O ano de 2025 foi marcado pelo ápice da movimentação logística, com o atingimento do volume recorde de 167 mil toneladas em importações com a consolidação de GRU *Airport* como principal terminal logístico para cargas internacionais, responsável por 57% das importações e importações aéreas do Brasil.
4. Duty Free: Aumento de 6,9% (PAX), volume de passageiros internacionais com efeito de R\$ 54,1 milhões.
5. Sala VIP: Impacto do melhor desempenho R\$ 40,8 milhões com crescimento de 15,7%, destaque para a geração de variável dos *Lounges* próprios.
6. Hangar: Apresentou crescimento de 45,2% em relação a 2024, devido principalmente ao GAT GRU/ Novo Hangar United.

Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 38,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, ou seja, uma redução de R\$ 32 milhões, equivalente a uma redução de 45,5% observada em GRU *Airport*.

Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 1.865,6 milhões, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 1.924,0 milhões, em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de R\$ 58,4 milhões, ou 3,1%. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 171,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 166,8 milhões, em 31 de dezembro de 2025. Essas variações ocorreram principalmente em função dos seguintes fatores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Segmento Aeroportos	2.035,9	1.980,2
Holding	54,9	57,1
Total	2.090,8	2.037,3
Custos dos serviços prestados	1.924,0	1.865,6
Despesas gerais e administrativas	166,8	171,7
Total	2.090,8	2.037,3

Segmento de Aeroportos: Aumento de R\$ 55,7 milhões ou 3,1% relacionado principalmente à retomada dos níveis de serviços prestados e retomada gradual na demanda. Dentre os principais contratos impactados, cabe destacar: (i) Serviços de conservação e limpeza, materiais de manutenção e materiais e insumos descartáveis. (ii) Serviço de atendimento ao controle migratório, movimentação de cargas, transportes de passageiros e inspeção de bagagens; (iii) Outorga Variável base atrelada a Receita Bruta que teve um crescimento de 15,9%. (iii) Pessoal e encargos tivemos aumento de *Headcount* em 2025, em decorrência da maior demanda aeroportuária; (iv) Energia elétrica tivemos a redução de 14% devido ao início da autoprodução. (v) Depreciação e amortização tivemos a redução de 11% e (vi) Reequilíbrios econômico-financeiros relacionados à capatazia de carga tabela 11 e ao controle migratório.

Holding: Ocorreu uma pequena redução de 2,8% as principais reduções foram: (i) Depreciação com 69%, (ii) Serviços de terceiros com 42% e Despesas com Pessoal com 24%. Em contrapartida tivemos um aumento nas Despesas de Consultoria e assessoria com 49%.

Custo de construção

O custo de construção passou de R\$ 70,4 milhões, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 38,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 32 milhões, ou 45,5%. Essa redução ocorreu, exclusivamente, em GRU *Airport*.

Lucro bruto

Em função dos motivos explicados acima, o lucro bruto passou de R\$ 1.395,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.855,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, registrando aumento de R\$ 460,4 milhões, representando 33% de crescimento.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas passaram de um saldo de despesas de R\$ 27,8 milhões, em 2024, para um saldo de receitas de R\$ 357,9 milhões em 2025, registrando um ganho de R\$ 385,7 milhões, ou 1.389%, devido principalmente: (i) aumento nas receitas com os reequilíbrios econômico-financeiros de GRU *Airport* em 2025. (ii) Alienação dos Investimentos VLT e CLN. (iii) Atualização pelo valor justo do investimento LAMSA.

Resultado financeiro líquidos

O resultado financeiro líquido, passou de R\$ 1.372,6 milhões negativos em 2024 para R\$ 1.174,0 milhões em 2025 negativos, ou seja, uma redução de R\$ 198,6 milhões, ou 14,5%. Essa redução ocorreu, principalmente, devido a (i) Aumento nas receitas de juros sobre aplicações financeiras devido ao maior saldo de caixa de GRU *Airport* e Invepar. (ii) Redução nas receitas de Juros sobre mútuos na Invepar, finalização dos contratos com a VLT. (iii) Redução nas despesas de atualização da Outorga Fixa de GRU *Airport*, reajustada pelo IPCA (em 2025 4,26% contra 4,83% em 2024). (iv) Aumento do Juros sobre empréstimos na Invepar referente a Assunção da dívida da Via 040 ocorrido em agosto de 2024.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido passou de R\$ 70,2 milhões, em 2024, para R\$ 144,2 milhões negativos, em 2025, representando redução de R\$ 214,5 milhões, ou 305,8%. Essa variação ocorreu principalmente pelo resultado positivo de GRU *Airport* e pela constituição do imposto diferido.

Resultado do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício passou de R\$ 872,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo atribuído aos acionistas controladores de R\$ 880,0 milhões e aos acionistas não controladores um lucro de R\$ 7,5 milhões), para um lucro de R\$ 741,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (lucro atribuído aos acionistas controladores de R\$ 284,2 milhões e aos acionistas não controladores de R\$ 457,2 milhões), representando um aumento de R\$ 1.614 milhões, ou 185%.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela abaixo indica os fluxos de caixa das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.805,2	1.814,4
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(791,9)	(930,3)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento	(1.929,8)	(798,1)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	83,4	86,0

Os Diretores da Companhia comentam abaixo as principais variações nos fluxos de caixa das atividades operacionais, dos investimentos realizados e dos financiamentos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumento 54,6% ou R\$ 604,7 milhões, passando de R\$ 1.814,4 milhões, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 2.805,0 milhões, em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (i) Aumento das receitas tarifárias e não tarifárias em R\$ 518,8 milhões; (ii) Alienação dos Investimentos VLT, CLN e LAMSA 60,3% de R\$ 173,4 milhões; (iii) Aumento dos reequilíbrios econômico-financeiros de GRU *Airport* de R\$ 171 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou redução de 14,9%, ou R\$ 138,4 milhões, passando de caixa aplicado de R\$ 930,3 milhões, em 31 de dezembro de 2024, para caixa R\$ 791,9 milhões, em 31 de dezembro de 2025. (i) Aumento dos investimentos ocorreu nas receitas sobre aplicações financeiras e (ii) Redução na aquisição de intangíveis R\$ 198,8 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento aumentou 141,8%, ou R\$ 1.131,8 milhões, passando de R\$ 798,1 milhões, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 1.929,8 milhões, em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu, principalmente pelo (i) pagamento dos

empréstimos e debêntures da INVEPAR e sua controlada GRU *Airport* no montante de R\$ 303,5 milhões (ii) pela Assunção da Dívida da controlada BR040 no montante de R\$ 778,0 milhões em 2024 e (iii) pelo pagamento maior da Outorga Fixa em 2025 no montante de R\$ 50,3 milhões.

2.2. Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

Os diretores esclarecem que, neste item 2.2, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

Os Diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2025, a receita operacional bruta da Companhia foi composta da seguinte maneira:

- Receitas de prestação de serviços nos segmentos de aeroportos;
- Receitas acessórias, como a locação de espaços para estabelecimentos comerciais,
- Receitas de construção.

Segundo os diretores, as variações na receita operacional bruta da Companhia estão relacionadas, principalmente, à performance operacional na controlada GRU *Airport*, aos reajustes e revisões tarifárias contratuais incluindo os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão aprovado junto ao órgão regulador, além de fatores inerentes ao mercado, como crescimento do PIB, alterações em políticas macroeconômicas e sociais e outros. As receitas de construção são lançamentos contábeis, sem efeito caixa, onde são reconhecidos, pelo valor justo, proveniente da prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, refletindo a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e acompanhamento da obra. Em 2025, podemos verificar uma recuperação do desempenho operacional do Grupo INVEPAR com retorno ao lucro no resultado individual e consolidado, após prejuízos registrados no exercício anterior. A melhora decorreu, principalmente, da reorganização do passivo financeiro, da alienação de ativos não estratégicos e da evolução operacional da controlada GRU *Airport*.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A seguir estão descritos os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais das empresas controladas da Companhia e que compõe seu resultado consolidado, incluindo a receita operacional bruta mencionada no tópico acima. As informações sobre a performance operacional em todas as empresas em que a INVEPAR possui participação, incluindo as empresas sob controle comum, estão disponíveis no Relatório da Administração da Companhia.

Em 2025, destacamos os seguintes eventos:

No decorrer do ano de 2025, a Companhia realizou ações para estruturar sua dívida, com a alienação de ativos não estratégicos.

Em 28 de março de 2025, foi concluída a operação de alienação da totalidade da participação detida pela Companhia (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A. A transação resultou no recebimento de R\$ 67 milhões na data de fechamento, além de parcela adicional de R\$ 30 milhões, cujo pagamento permanece condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes e/ou obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Em maio de 2025, em decorrência do vencimento antecipado da 3ª e 5ª emissões de debêntures, a Companhia adotou medidas para viabilizar a negociação com seus credores, incluindo o ajuizamento de medida cautelar e a celebração de acordos de *standstill*. No âmbito dessas negociações, foi celebrada, em 20 de outubro de 2025, a dação em pagamento de ações da Linha Amarela S.A. – LAMSA ao credor majoritário das debêntures, Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Mubadala”), cuja operação foi concluída em 31 de dezembro de 2025, com a quitação integral do saldo devedor das 3ª e 5ª emissões, no montante

de R\$ 349.750 mil, mediante a transferência de ações representativas de 60,30% do capital social da LAMSA, passando a Companhia a deter 39,70% do capital social remanescente.

Diante de todos esses esforços em busca da melhoria, a Companhia, em 31 de dezembro de 2025, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 197,4 milhões na controladora e um capital circulante líquido positivo de R\$ 571,8 milhões no consolidado. Em 31 de dezembro de 2024 apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 78,6 milhões na controladora e um capital circulante líquido positivo de R\$ 92,8 milhões no consolidado.

Podemos verificar melhorias por segmento como segue abaixo pelo volume de utilização dos serviços:

Aeroportos: O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 47,2 milhões no ano de 2025, estabelecendo o maior volume registrado desde o início da concessão, apresentando um aumento de 8,3% em relação ao ano anterior, se consolidando como o maior *hub* da América Latina.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os diretores mencionam abaixo os efeitos nas variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024 cabe mencionar que o grande ofensor de 2025 está destacado no item a:

Modificações de preços: As tarifas cobradas pelas concessionárias do grupo INVEPAR são reguladas e reajustadas conforme parâmetros e métricas estabelecidas nos contratos de concessão firmados junto ao Poder Concedente. Além disso, podem ocorrer reajustes e revisões tarifárias de modo a restabelecer as condições econômicas e financeiras estabelecidas nos respectivos contratos.

Inflação: As tarifas cobradas pelas concessionárias do grupo INVEPAR são reajustadas periodicamente com base na variação acumulada de índices de inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A periodicidade, forma de cálculo e aplicação desses reajustes estão pactuadas nos contratos firmados junto ao Poder Concedente.

Alteração de volumes: O “efeito calendário”, que reflete o efeito da quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período, pode influenciar as receitas da Companhia em todos os segmentos, pois reflete no fluxo de veículos nas rodovias e no volume de passageiros. Os volumes de veículos e passageiros também pode ser afetado pela ocorrência ou não de eventos nas localidades onde as concessões estão presentes também podem influenciar nos volumes de veículos e passageiros.

Introdução de novos produtos ou serviços: As empresas do grupo INVEPAR são concessionárias que detém a exploração de rodovias e aeroporto. Portanto, são, sumariamente, prestadoras de serviços e por isso não há impactos relevantes da alteração de novos produtos nos segmentos que atua. No entanto, a introdução de novos serviços, principalmente de novas concessões ou da expansão de operações já existentes, pode causar impactos diretos sobre as receitas da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da companhia, quando relevante:

Os diretores esclarecem a seguir o impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado

financeiro nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024, cabe mencionar que o grande ofensor de 2025 está destacado no item a:

Inflação: A inflação impacta o grupo INVEPAR tanto no aspecto da receita, pois determina o percentual de reajuste tarifário a ser aplicado nas concessionárias, tanto em custos e despesas, especialmente nas linhas de pessoal e serviços, como energia elétrica, além de onerar parte significativa da dívida e a parcela da outorga fixa paga ao Poder Concedente.

Variação dos preços dos principais insumos e produtos: A variação nos preços de produtos e serviços, especialmente os de energia elétrica, petróleo e derivados e demais materiais, serviços e equipamentos relacionados à operação e manutenção de aeroportos, rodovias e sistemas de transporte sobre trilhos podem impactar significativamente nos custos e despesas operacionais da Companhia.

Taxa de juros: A taxa de juros impacta diretamente nas despesas financeiras da Companhia, especialmente nas dívidas oneradas pelo CDI e TJLP, e nas receitas financeiras remuneradas com base no CDI e Selic.

2.3. Comentários dos diretores:

Os diretores esclarecem que, neste item 2.3, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

- Normas revisadas e não vigentes

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substituiu a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26(R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação). O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa) e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. *A Companhia está no processo de avaliação do impacto ao novo padrão.*

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, a IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do Auditor.

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos Auditores Independentes não apresentam ressalvas sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado 2025

No exercício encerrado em 2025, as Demonstrações Financeiras possuem ênfase quanto a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. A auditoria considerou como principais assuntos de auditoria:

- Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Sua controlada indireta GRU *Airport* possui o montante de R\$ 1.414,0 milhões e R\$ 1.368,7 milhões nos exercícios de 2025 e 2024, respectivamente. A constituição do imposto diferido ativo é baseada na estimativa de lucros tributáveis futuros preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração. A auditoria avaliou os principais critérios e premissas do estudo de lucro tributável futuro.

- Avaliação da classificação do valor recuperável do ativo intangível

A controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 9.931,1 milhões e R\$ 10.459,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado 2024

No exercício encerrado em 2024, as Demonstrações Financeiras possuem ênfase quanto a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. A auditoria considerou como principais assuntos de auditoria:

- Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Sua controlada indireta GRU *Airport* possui o montante de R\$ 1.368,7 milhões e R\$ 1.342,2 milhões nos exercícios de 2024 e 2023, respectivamente. A constituição do imposto diferido ativo é baseada na estimativa de lucros tributáveis futuros preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração. Os procedimentos de auditoria incluíram: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos ativos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

- Avaliação da classificação do valor recuperável do ativo intangível

A controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 9.931,1 milhões e R\$ 10.459,2 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

2.4. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis e nos resultados da Companhia:

Os diretores esclarecem que, neste item 2.4, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Os Diretores informam que não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional que não estejam consideradas nas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em 27 de maio de 2024, foi concluída a operação de venda da sua totalidade de participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte (“CLN”), para a Monte Forte Holding Participação S.A. nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA” na sigla em inglês) celebrado em 06 de dezembro de 2023.

Em 13 de dezembro de 2024, a INVEPAR divulgou fato relevante em decorrência da assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças “SPA”, tendo como objeto, a venda, do total da sua participação (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A. e a cessão de direitos creditórios que a Invepar possui em relação ao VLT. O SPA prevê o recebimento, pela Companhia, do valor total de R\$ 67 milhões na data do fechamento, além de parcela adicional no valor de R\$ 30 milhões, devidamente atualizada, sujeita à verificação de determinadas condições previstas. Essa operação foi concluída em 28 de março de 2025.

Em 20 de outubro de 2025, a Invepar e sua controlada Linha Amarela S.A. – LAMSA celebraram Termo de Dação em Pagamento com o Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Mubadala”), credor majoritário das 3ª e 5ª emissões de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 foi finalizado o fechamento da Operação de Dação em Pagamento com a Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“MUBADALA”), por meio do qual a INVEPAR quitou integralmente o saldo devedor das 3ª e 5ª emissões de Debêntures junto ao MUBADALA, no montante de R\$ 349.750 mil, por meio da transferência de ações representativas de 60,30% do capital social da LAMSA. Permanecendo a Invepar com 39,70% do capital social remanescente.

c) Eventos ou operações não usuais:

Encerramento processo de encampação – LAMSA

Após alguns anos de litígio entre o Município do Rio de Janeiro e a Linha Amarela S.A., em 13 de junho de 2025, foi divulgado fato relevante em consequência da celebração do acordo com o Município do Rio de Janeiro, instrumentalizado por meio do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em que se estabeleceu, dentre outras disposições, que a LAMSA continuará a prestar o serviço concedido até o termo final do prazo contratual estabelecido no 11º Termo Aditivo, mediante a cobrança de uma Tarifa de Pedágio de R\$ 3,84 (três reais e oitenta e quatro centavos), observada a cláusula contratual de arredondamento, na data base de abril de 2025, que será anualmente reajustada pela variação do IPCA-E. O valor fixado no Acordo, arredondado para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), será praticado na Praça de pedágio em até 2 (dois) dias, a contar da homologação do instrumento.

No Acordo, o Município do Rio de Janeiro e a LAMSA também se outorgaram, mutuamente, a mais ampla e irrestrita quitação a respeito das controvérsias oriundas dos 9º e 11º Termos Aditivos ao Contrato de Concessão e outras correlatas (cf. cláusula 7.1), e que deram origem ao projeto de encampação autorizado por meio da Lei Complementar nº 231/2019. O Acordo foi submetido, nesta data, à homologação judicial pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Suspensão de Liminar nº 1.783.

O Município se comprometeu a, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do Acordo, propor Projeto de Lei perante a Câmara Municipal com o objetivo de revogar a Lei Complementar nº 213/2019 e o Decreto nº 46.794/2019.

Em 17 de junho de 2025 o acordo celebrado entre a LAMSA e o Município do Rio de Janeiro (“Acordo”), foi homologado judicialmente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos.

Em consequência a homologação, o novo valor da tarifa fixado no Acordo, arredondado para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), está sendo praticado na Praça de pedágio, a partir de 0:00h do dia 20 de junho de 2025.

O Decreto nº 56.379 de 10 de julho de 2025 revogou o Decreto nº 46.794/2019. Quanto a revogação da Lei Complementar nº 213/2019, a Companhia segue monitorando a tramitação do projeto de Lei nº 53/2025 que está na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Relicitação – BR040

Em decorrência da conclusão dos processos licitatórios dos trechos da BR-040 e da notificação recebida da ANTT, a Companhia encerrou definitivamente suas operações em 05 de agosto de 2024, permanecendo em funcionamento exclusivamente para a gestão de ativos e passivos, direitos e obrigações remanescentes da concessão, bem como para o acompanhamento dos processos administrativos e arbitrais em curso, incluindo o Procedimento Arbitral CCI nº 28966/RLS.

Procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS (Indenização e Excedente Tarifário)

A Concessionária BR040 S.A (Requerente) apresentou, em 25.09.2024, pedido de instauração de arbitragem em face da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 28966/RLS).

A disputa que será objeto deste procedimento arbitral corresponde aos valores devidos à Via 040 com a extinção do Contrato de Concessão da rodovia federal BR-040, bem como a outros fatos motivadores de reequilíbrios contratuais durante a vigência do contrato de concessão, que não estão contemplados no Procedimento Arbitral nº 23932/GSS/PFF/RLS, além de multas arbitrariamente aplicadas em desfavor da Via 040.

Por esta razão, a Requerente pretende discutir os cálculos da Indenização que lhe é devida, o que perpassa, necessariamente, por temas como a discussão acerca do correto valor da tarifa praticada durante o processo de relicitação, os efeitos da mora da ANTT no procedimento de relicitação, as irregularidades do processo de apuração da Indenização pela ANTT e a KPMG (Verificador Independente), a (in)aplicabilidade do Excedente Tarifário devido à mora administrativa praticada pela ANTT (ou, caso se entenda que o referido excedente seria devido, a forma de apuração e o período de incidência), a aplicação de multas arbitrárias no contexto da controvérsia entre as partes, bem como outras perdas e danos sofridas pela Via 040, dentre outros pleitos ocorridos no curso do Contrato de Concessão que afetaram a matriz de risco, e portanto, o equilíbrio contratual.

A referida arbitragem está em fase inicial e não houve, ainda, a instauração do Tribunal Arbitral. Os Co árbitros indicados pelas partes foram confirmados e resta pendente de confirmação a nomeação da Árbitra Presidente.

Em 30 de janeiro de 2026 foi realizado o protocolo das petições conjuntas de suspensão das arbitragens CCI 23932/PFF/RLS (Arbitragem do Reequilíbrio) e CCI 28966/RLS (Arbitragem do Excedente Tarifário e Relicitação), bem como fomos informados pela própria CCI de que será feito contato com os árbitros para acelerar a prolação das decisões de suspensão.

2.5. Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA é divulgado pela Companhia como medição não-contábil de seu desempenho e é calculado utilizando-se o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o acréscimo da participação minoritária, do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos das receitas (despesas) financeiras líquidas, depreciação e amortização. A Companhia utiliza também o EBITDA Ajustado que exclui a receita e o custo de construção, a provisão para manutenção, os resultados das operações descontinuadas, os resultados dos ativos mantidos para venda e os lançamentos de *Impairment*.

A Companhia esclarece que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicadores do desempenho operacional da Companhia ou substitutos para o fluxo de caixa como indicadores de liquidez.

O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. Para dirimir a falta de padronização do EBITDA a Companhia utiliza como base para o seu cálculo a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM nº156”), que versa sobre essa medida em seu art. 3º, inciso I.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
EBITDA	3.060,6	1.551,8
Margem EBITDA	80,2%	46,6%
EBITDA ajustado	3.045,7	2.329,8
Margem EBITDA ajustada	80,6%	71,4%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As informações a seguir ilustram os cálculos do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia relativo aos períodos abaixo indicados:

	2.025	2.024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	284,2	-880,0
Participação minoritária	457,2	7,5
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	144,4	- 70,2
Despesas Financeiras	1.753,8	1.744,1
Receitas Financeiras	- 579,7	- 371,5
Depreciação e Amortização	1.000,7	1.121,9
EBITDA	3.060,6	1.551,8
Receita Líquida	3.818,1	3.331,3
Margem EBITDA	80,2%	46,6%
EBITDA	3.060,6	1.551,8
Receita de construção	-38,4	-70,4
Custo de construção	38,4	70,4
Provisão para manutenção	0,0	0,0
Resultado Mantido p/Venda e Operação descontinuada	-14,9	757,1
Lançamentos de <i>Impairment</i>	0,0	21,0
EBITDA Ajustado	3.045,7	2.329,8
Receita Líquida	3.818,1	3.331,3
Receita de Construção	38,4	70,4
Receita Líquida Ajustada	3.779,7	3.260,9
Margem EBITDA ajustada	80,6%	71,4%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA é indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. A Companhia acredita que o EBITDA é informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

A Companhia utiliza o EBITDA como medida gerencial de desempenho por demonstrar aproximação com a geração de caixa da sua atividade econômica, que é de longo prazo, motivo pelo qual entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA seja uma medida prática para aferir a geração de caixa e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. A Margem EBITDA visa demonstrar, aproximadamente, quanto foi gerado de caixa para cada R\$ 1,00 de receita líquida da Companhia, levando em conta os custos e despesas da operação, e antes dos efeitos do custo da dívida e dos custos tributários. A Margem EBITDA Ajustada considera o EBITDA Ajustado sobre a Receita Líquida Ajustada (sem a receita de construção) da Companhia. Por isso, sua comparabilidade com outras companhias do mesmo segmento é tão importante, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira distinta.

2.6. Eventos subsequentes nas DFs

Abaixo são apresentados os eventos subsequentes relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025. A data de autorização da emissão dessas Demonstrações Financeiras foi no dia 26 de março de 2026.

Em 30 de janeiro de 2026, a INVEPAR recebeu o montante de R\$ 79.387.252,04 (setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos) referente a distribuição de dividendos intermediários da coligada Linha Amarela S.A – LAMSA, oriundos em parte da reversão da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores e no exercício de 2025 e em parte de lucros apurados de janeiro a dezembro de 2025, com base no balanço patrimonial não auditado levantado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram pagos aos acionistas, na proporção da participação por eles detida no capital social da Companhia, os quais serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária da coligada a ser realizada para deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.7. Destinação dos resultados

a) Regras sobre retenção de lucros:

De acordo com o disposto no artigo 40 do Estatuto Social da Companhia e em consonância com o artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das Sociedades por Ações”), feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço patrimonial anual, deduzir-se-ão: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal (“Reserva Legal”), que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição a título de dividendo obrigatório aos acionistas; (iii) o saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Administração, observadas as disposições legais. Ademais, nos termos do art. 196, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia, reunidos em AGO, podem deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício para o pagamento de despesas previstas no orçamento de capital previamente aprovado.

a.i.) Valores das Retenções de lucros:

Não houve valores retidos, o lucro apresentado pela Companhia de R\$284.229 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 será destinado para a compensação dos prejuízos acumulados. Já em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$880.043 mil.

a.ii) Percentuais em relação os lucros totais declarados:

Não houve percentuais retidos, o lucro apresentado pela Companhia de R\$ 284.229 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 será destinado para compensação dos prejuízos acumulados. Já em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 880.043 mil.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

O Estatuto Social da Companhia, em seu art. 40, ii, determina a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido aos acionistas, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, a título de dividendo obrigatório. O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Administração, observadas as disposições legais.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos:

A periodicidade das distribuições de dividendos em regra é anual, porém, de acordo com o artigo 42, do Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor período, podendo, com base neles, por deliberação do Conselho de Administração, *ad*

referendum da Assembleia Geral, declarar e determinar o pagamento de dividendos e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços intercalares.

- d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:**

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

- e) Se a companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A Companhia segue o disposto no artigo 40 do seu Estatuto Social que está em consonância com o artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das Sociedades por Ações”). Conforme descrito no item a) Regras sobre retenção de lucros.

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores esclarecem que, neste item 2.8, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance *sheet items*), tais como:**

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance *sheet items*).

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

2.10. Comentários dos nossos Diretores sobre os principais elementos do nosso plano de negócios, especificando os seguintes tópicos

Os diretores esclarecem que, neste item 2.10, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Investimentos, incluindo:**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Segmento - Aeroporto	183,9	179,3
Total	183,9	179,3

AEROPORTOS: Em GRU *Airport*, destaca-se o projeto Pier T3B – Obra Civil, que contempla a construção de um novo Pier no Terminal de Passageiros 3, com potencial de ampliação da capacidade de voos e incremento do fluxo de passageiros no aeroporto; a reforma da Ambientação Interna, com objetivo de revitalizar e modernizar o Terminal de Passageiros 2; e a recuperação estrutural da Pista 10L, voltada à melhoria do nível de serviço e da segurança da infraestrutura aeroportuária.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento da Companhia consistem em financiamentos, preferencialmente os de longo prazo, além da emissão de valores mobiliários representativos da dívida.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os diretores informam os seguintes eventos ocorridos ao longo dos últimos exercícios:

2025

Em 28 de março de 2025 foi concretizada a venda do total da participação (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A.

Em decorrência do vencimento antecipado da 3ª e 5ª emissão das debêntures ocorrido em maio, a Companhia adotou medidas para viabilizar a negociação com seus credores, incluindo o ajuizamento de medida cautelar e a celebração de sucessivos acordos de standstill. No âmbito dessas negociações, foi celebrado, em 20 de outubro de 2025, a dação em pagamento das ações da Linha Amarela S.A. – LAMSA ao credor majoritário das debentures Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Mubadala”).

Em 31 de dezembro de 2025 foi finalizado o fechamento da Operação de Dação em Pagamento com a Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“MUBADALA”), por meio do qual a INVEPAR quitou integralmente o saldo devedor das 3ª e 5ª emissões de Debêntures junto ao MUBADALA, no montante de R\$ 349.750 mil, por meio da transferência de ações representativas de 60,30% do capital social da LAMSA. Permanecendo a Invepar com 39,70% do capital social remanescente.

2024

Em 27 de maio de 2024, foi concluída a operação de venda da sua totalidade de participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte (“CLN”), para a Monte Forte Holding Participação S.A. nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA” na sigla em inglês) celebrado em 06 de dezembro de 2023.

Em 13 de dezembro de 2024, a INVEPAR divulgou fato relevante em decorrência da assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças “SPA”, tendo como objeto, a venda, do total da sua participação (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A. e a cessão de direitos creditórios que a Invepar possui em relação ao VLT. O SPA prevê o recebimento, pela Companhia, do valor total de R\$ 67 milhões na data do fechamento, além de parcela adicional no valor de R\$ 30 milhões, devidamente atualizada, sujeita à verificação de determinadas condições previstas.

O fechamento da operação estava sujeito ao cumprimento de determinadas obrigações e condições precedentes.

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da Companhia informam que todas as informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram divulgadas nos demais itens da seção 2 deste Formulário de Referência, não existindo outros fatores que influenciam o desempenho operacional da Companhia.

ANEXO II – INFORMAÇÕES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022

1. Informar o lucro líquido do exercício: O Lucro Líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$284.229.877,21 (duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e um reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

100% do lucro será absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

Ação	2025	2024	2023
ON	0,00518	-0,00610	-0,00194
PN	0,00259	-0,00305	-0,00097

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

2025	2024	2023
0,00	0,00	0,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão o direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado nos termos deste Estatuto.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente: Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.
- c. Informar o montante eventualmente retido: Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve deliberação de proventos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2023 e 2024 e o lucro apurado em 2025, a Administração está propondo que seja absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

ANEXO III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO FISCAL. (ITENS 7.3 a 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):

7.3 (a – k). MEMBROS INDICADOS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:

(i) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Vagner Lacerda Ribeiro	16/06/1970	Administrador de Empresas	392.555.491-20	Membro Titular	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2028	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	Sim		2		16/08/2023			

<u>Nome</u>	<u>Data de nascimento</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF ou Passaporte</u>	<u>Cargo Eletivo Ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data da Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Eleito pelo Acionista Controlador</u>
Carlos Massaru Takahashi	07/06/1961	Administrador	012.858.808-03	Membro Titular	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2028	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	Não		2		27/12/2024			

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Olivier Michel Colas	22/07/1961	Economista	144.236.168-90	Membro Titular	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2028	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	Sim		3		29/04/2019			

(ii) **CONSELHO FISCAL:**

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Gabriel Sollero Figueira	08/01/1979	Advogado	800.673.956-00	Membro Titular do Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	Não		2		25/02/2026			

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Nilton Brunelli de Azevedo	03/10/1955	Aposentado	019.937.798-76	Membro Titular do Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	N/A		2		29/04/2025			

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Douglas Carvalho Pereira	27/12/1972	Aposentado	095.499.458-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	N/A		2		29/04/2025			

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Marcelo Drügg Barreto Vianna	17/09/1951	Economista	055.273.251-68	Membro Titular do Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	N/A		2		29/04/2025			

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Acionista Controlador
Adriano Meira Ricci	21/02/1970	Economista	334.550.741-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos		Data de Início do 1º Mandato			
	N/A		2		29/04/2025			

7.3 (I) CURRÍCULOS E OUTRAS INFORMAÇÕES DOS MEMBROS INDICADOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Vagner Lacerda Ribeiro - Membro Titular do Conselho de Administração

Brasileiro, graduado em Administração de Empresas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1994), pós-graduação pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais IBMEC (1997), Mestrado em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília UCB (2010), Certificação Profissional AMBIMA CPA-20 (2023), Certificação de Dirigentes, Conselheiro pelo Instituto de Certificação de Profissionais de Seguridade ICSS (2023) e Doutorado em Gerontologia UCB (2021). Foi Diretor Executivo e Conselheiro da Fundação Banco do Brasil – FBB, Diretor Administrativo e Financeiro da BB Previdência, Conselheiro Fiscal da PREVI, Conselheiro Deliberativo da CASSI, Presidente do Conselho Deliberativo do Econumus, Conselheiro Fiscal da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada ABRAPP e Conselheiro Fiscal do Sindicato Nacional das Entidades de Previdência Privada SINDAPP. Foi professor de pós-graduação na Faculdade de Tecnologia da Confederação Nacional de Agricultura. Atuou como executivo em diversas áreas no BB, como Gestão de Riscos, Microfinanças, Gestão Previdenciária (Estados e Municípios) e atendimento ao Governo. Atualmente atua como Vice-Presidente do Conselho Diretor Nacional do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF, Conselheiro Consultivo do IBEF -DF, Diretor da ADCE DF, Vice-Presidente da ABRACS membro do Conselho dos Direitos do Idoso CDI-DF e membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília CEP-UCB.

Carlos Massaru Takahashi - Membro do Conselho de Administração

Brasileiro, graduado em administração de empresas pela Universidade de São Marcos de São Paulo, MBA em Formação Geral de Altos Executivos pela Universidade de São Paulo – USP e MBA em Administração e Marketing pela Pontifícia Universidade Católica – PUC. Atualmente trabalha na Blackrock Brasil Gestão de Investimentos como Sênior Advisor, além de ocupar cargo de membro do conselho de administração dessa instituição. Trabalhou na Monte Equity Partners Gestão de Investimentos, onde ocupou cargo de sócio diretor (2017 -2019). Trabalhou no Banco do Brasil de 1979 até 2015, onde assumiu diversos cargos como CEO e Diretor Presidente da BB DTVM (2009 -2015), Diretor Executivo da BB Gestão de Recursos DTVM S.A (2009), Gerente Executivo da BB Gestão de Recursos DTVM S.A (2007 – 2009), Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A (2006), Gerente de Mercado do Banco do Brasil S.A. (2003 -2006) e Superintendente Regional do Banco do Brasil S.A (1995 – 2003). Atualmente atua como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro da Hapvida Notre Dame, além de já ter ocupado o cargo de presidente do Comitê de Auditoria dessa companhia. Atuou também como membro do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A (2016), da BB Securities London (2009 -2015), BB Securities New York (2009 -2015), BB Securities Singapore (2011 – 2015), Neoenergia S.A (2015) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA (2010 - 2015). Também atuou como Sênior Advisor da TRX Gestora de Recursos para Produtos de Infraestrutura, presidente do Conselho Fiscal da BB Administradora de Cartões S.A e Diretor Presidente da BESC DTVM. É diretor da ANBIMA (2021-atual).

Olivier Michel Colas

Francês e brasileiro, formado em Economia pelo Institut d'Études Politiques de Paris e Conselheiro de Administração Certificado IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência profissional, foi Presidente da Coimex Trading e Vice-Presidente da Kepler Weber. Anteriormente, ocupou posições executivas em mercados globais pela Saint-Gobain e pela Royal Dutch Shell no Reino Unido, Estados Unidos, França e Brasil. Foi Conselheiro da Invepar (2019-2020) e atualmente é sócio fundador da Funchal Investimentos e membro do Conselho de Administração da Eternit, desde 2018.

CONSELHO FISCAL:

Nilton Brunelli de Azevedo

Foi Vice-Presidente de Comunicação da ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, no período de abril de 2021 a janeiro de 2025. Atuou como Presidente da ANABBBPrev – Fundo de Pensão Multipatrocinado, de abril de 2016 a março de 2021. Exerceu também a função de Vice-Presidente de Relações Institucionais da ANABB, entre junho de 2008 e janeiro de 2012, e de Vice-Presidente de Gestão de Pessoas da FENABB – Federação das AABB, de julho de 2005 a maio de 2008.

Foi Gerente de Produtos na CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, entre agosto de 2000 e junho de 2005. Atuou ainda como Conselheiro de Administração da Cooperforte – Cooperativa de Crédito dos Funcionários das Instituições Financeiras Públicas Federais, de abril de 2001 a março de 2005. Foi Presidente da Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil em Ribeirão Preto, de junho de 1988 a julho de 2000.

No Banco do Brasil, desempenhou função técnica em nível de carteira, entre outubro de 1980 e maio de 1988. Atualmente, é Presidente do Instituto Viva Cidadania, braço social da ANABB.

Douglas Carvalho Pereira

Brasileiro, graduado em Administração de Empresas, com MBA em Administração Financeira e Contábil e MBA em Gestão de Pessoas. No Banco do Brasil, exerceu os cargos de Account Manager no Corporate Bank, Gerente de Gestão de Pessoas na coligada Brasilseg – seguradora do Banco do Brasil, além de Gerente Geral de Agências de Negócios. Foi Vice-Presidente da AABB – Associação Atlética Banco do Brasil de São Paulo, no período de 2002 a 2010, função na qual atualmente atua como Conselheiro Deliberativo. Foi Presidente Nacional da Apabb – entidade com atuação em todo o território nacional, criada e mantida por funcionários do Banco do Brasil, que promove inclusão social de pessoas com deficiência nas áreas de serviço social, esporte, lazer, advocacy e inclusão no mundo do trabalho, entre 2017 e 2022.

De 2021 a 2024, ocupou a posição de Chief Financial Officer da Fundação Special Olympics Brasil – braço nacional da entidade internacional presente em mais de 170 países, voltada à oferta de treinamentos e competições esportivas para atletas com deficiência intelectual. Desde 2025, é CEO da Fundação Special Olympics Brasil.

Gabriel Sollero Figueira

Graduado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito PUC MG, com pós-graduação lato sensu em Direito de Empresas, possui sólida formação complementar em temas estratégicos e regulatórios, incluindo Mergers and Acquisitions pela Harvard Business School e extensões pela

FGV. Detém mais de duas décadas de experiência profissional nas áreas de direito societário, mercado de capitais, M&A, project finance e estruturação de investimentos. Atua atualmente como diretor jurídico, de compliance, riscos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo na Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A., com forte atuação em transações de investimento e desinvestimento e interface regulatória junto à CVM. Possui trajetória consolidada em escritórios de advocacia de grande porte, com participação e liderança em operações complexas de financiamento, emissões de valores mobiliários no Brasil e no exterior, reorganizações societárias e operações de M&A.

Marcelo Drügg Barreto Vianna

Engenheiro civil, Ph.D. em Engenharia pela Universidade de Birmingham, mestre pela USP e conselheiro certificado pelo IBGC, com trajetória consolidada em governança corporativa, gestão de riscos, compliance, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Possui mais de 35 anos de experiência em projetos públicos e privados no Brasil e no exterior, com atuação destacada nos setores de infraestrutura, saneamento, energia, mineração, indústria e finanças. Ao longo da carreira, exerceu funções de liderança na Alcoa, na MBV e na Deloitte, tendo conduzido projetos de consultoria, due diligence, M&A e gestão socioambiental em grandes organizações.

Atualmente, é Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da MBV, além de integrar conselhos consultivos e de administração de instituições como o Instituto PRÓ-PM, o ICESP, o Grupo Anauger e a iniciativa Conexão Água do MPF. Também atua como professor da POLI-USP e reúne ampla experiência em conselhos de administração e consultivos, inclusive em instituições nacionais e internacionais, com reconhecida atuação em temas de governança, sustentabilidade, finanças sustentáveis, inovação, mediação e relações institucionais.

Adriano Meira Ricci

Graduado em Economia pela Uniceub – Centro Universitário de Brasília (DF), com MBAs em marketing, gestão avançada de negócios e liderança, além de certificações do IBGC para Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal. Possui sólida trajetória executiva no setor financeiro, com destaque para cargos de alta liderança no Banco do Brasil, onde atuou nas áreas de crédito, reestruturação de ativos, segurança institucional, micro e pequenas empresas e relações governamentais, bem como na presidência da Cobra Tecnologia e da BBTS. Atualmente, é Diretor Executivo do FGCoop, com atuação voltada à gestão estratégica, proteção dos depositantes do sistema cooperativo de crédito e administração de riscos sistêmicos. Também acumula relevante experiência em conselhos de administração e fiscais de companhias como Cielo, Ativos S.A., BB Seguridade, IRB Brasil Resseguros e outras instituições ligadas ao conglomerado Banco do Brasil

7.3 (m). DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS: (i) QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL, (ii) QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS, OU (iii) QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER, DOS CANDIDATOS AOS CARGOS DE CONSELHEIRO DE ADMISTRAÇÃO E CONSELHEIRO FISCAL DA COMPANHIA:

Os membros indicados para o Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia declararam não ter sofrido condenações de tais naturezas nos últimos 5 (cinco) anos.

7.4. FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 7.3 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS:

Não Aplicável.

7.5. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: (a) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA; (b) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ADMINISTRADORES DE CONTROLADAS, DIRETAS OU INDIRETAS, DA COMPANHIA; (c) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS, DIRETAS OU INDIRETAS E CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS DA COMPANHIA; OU (d) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES CONTROLADORAS DIRETAS OU INDIRETAS DA COMPANHIA: Não há

7.6. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

a. Sociedades Controladas, Direta ou Indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: Não há

b. Controlador Direto ou Indireto da Companhia: Não há

c. Outras Relações de Natureza Relevante: Não há.

ANEXO IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):

8.1. Política de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Itens	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê Não Estatutário de Auditoria	Comitê Não Estatutário Financeiro e de Investimentos
<p>a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Conselho de Administração busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Conselho, prestadores de serviço a Companhia. A Política não foi objeto de deliberação em reunião do conselho de administração ou em assembleia de acionistas e não foi divulgada na rede mundial de computadores.</p>	<p>A Política de Remuneração da Diretoria da INVEPAR busca alinhar os interesses dos administradores à estratégia do negócio por meio de uma remuneração justa, equilibrada com o mercado e competitiva, bem como a promover a retenção dos profissionais. As regras de remuneração vigentes foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de maio de 2015. A Política de Remuneração da diretoria não está disponível na rede mundial de computadores.</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Conselho Fiscal busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Conselho, prestadores de serviço a Companhia. A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia obedece ao que dispõe o artigo 162, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. A Política não foi objeto de deliberação em reunião do conselho de administração e não foi divulgada na rede mundial de computadores.</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Comitê Não Estatutário de Auditoria busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Comitê, prestadores de serviço a Companhia. Essa Política foi formalmente aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Invepar em 28 de junho de 2018, mas não está disponível na rede mundial de computadores.</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Comitê Não Estatutário Financeiro e de Investimentos busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Comitê, prestadores de serviço a Companhia. Essa Política foi formalmente aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Invepar em 28 de junho de 2018, mas não está disponível na rede mundial de computadores.</p>

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>Comitê de RH e Conselho de Administração.</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>Comitê de RH e Conselho de Administração.</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>Comitê de RH e Conselho de Administração.</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>Comitê de RH e Conselho de Administração.</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>Comitê de RH e Conselho de Administração.</p>
	<p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>Metodologia contratada através da Consultoria Mercer com estudo de mercado e comparações no mercado.</p>	<p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>Metodologia contratada através da Consultoria Mercer com estudo de mercado e comparações no mercado.</p>	<p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>Metodologia contratada através da Consultoria Mercer com estudo de mercado e comparações no mercado.</p>	<p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>Metodologia contratada através da Consultoria Mercer com estudo de mercado e comparações no mercado.</p>	<p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>Metodologia contratada através da Consultoria Mercer com estudo de mercado e comparações no mercado.</p>
	<p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p>	<p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p>	<p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p>	<p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p>	<p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p>

	1 vez por ano é realizado um estudo de pesquisa de mercado para avaliar a tabela salarial.	1 vez por ano é realizado um estudo de pesquisa de mercado para avaliar a tabela salarial.	1 vez por ano é realizado um estudo de pesquisa de mercado para avaliar a tabela salarial.	1 vez por ano é realizado um estudo de pesquisa de mercado para avaliar a tabela salarial.	1 vez por ano é realizado um estudo de pesquisa de mercado para avaliar a tabela salarial.
c. composição da remuneração, incluindo	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:</p> <p>Remuneração atrelada ao nosso tipo de negócio e tomadas de decisões necessárias.</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:</p> <p>Remuneração atrelada ao nosso tipo de negócio e tomadas de decisões necessárias.</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:</p> <p>Remuneração atrelada ao nosso tipo de negócio e tomadas de decisões necessárias.</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:</p> <p>Remuneração atrelada ao nosso tipo de negócio e tomadas de decisões necessárias.</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:</p> <p>Remuneração atrelada ao nosso tipo de negócio e tomadas de decisões necessárias.</p>
	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>b. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a remuneração do Conselho de Administração foi 100% do tipo remuneração fixa</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>b. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Exercício social encerrado em 2025:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Remuneração Fixa: 45% - Remuneração Variável: 33% - Benefícios: 22% <p>Exercício social encerrado em 2024:</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>b. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a remuneração do Conselho de Fiscal foi 100% do tipo remuneração fixa</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>b. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a remuneração do Comitê foi 100% do tipo remuneração fixa</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>b. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a remuneração do Comitê foi 100% do tipo remuneração fixa</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Remuneração Fixa: 75% - Remuneração Variável: 17% - Benefícios: 8% - Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0% <p>Exercício social encerrado em 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Remuneração Fixa: 69% - Remuneração Variável: 25% - Benefícios: 6% - Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0% <p>Exercício social encerrado em 2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Remuneração Fixa: 53,1% - Remuneração Variável: 37,7% - Benefícios: 9,2% - Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0% 			
	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>c. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>c. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>c. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>c. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:</p>	<p>i. descrição dos elementos da remuneração:</p> <p>c. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:</p>

Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes	Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes	Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes	Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes	Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes
i. descrição dos elementos da remuneração: d. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:	i. descrição dos elementos da remuneração: d. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:	i. descrição dos elementos da remuneração: d. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:	i. descrição dos elementos da remuneração: d. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:	i. descrição dos elementos da remuneração: d. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:
A pesquisa salarial considera, faturamento, quantidade de colaboradores e tipo de negócio.	A pesquisa salarial considera, faturamento, quantidade de colaboradores e tipo de negócio.	A pesquisa salarial considera, faturamento, quantidade de colaboradores e tipo de negócio.	A pesquisa salarial considera, faturamento, quantidade de colaboradores e tipo de negócio.	A pesquisa salarial considera, faturamento, quantidade de colaboradores e tipo de negócio.
ii. razões que justificam a composição da remuneração:	ii. razões que justificam a composição da remuneração:	ii. razões que justificam a composição da remuneração:	ii. razões que justificam a composição da remuneração:	ii. razões que justificam a composição da remuneração:

	Estar aderente ao mercado e podermos realizar comparações	Estar aderente ao mercado e podermos realizar comparações	Estar aderente ao mercado e podermos realizar comparações	Estar aderente ao mercado e podermos realizar comparações	Estar aderente ao mercado e podermos realizar comparações
	iii. a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato	iii. a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato	iii. a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato	iii. a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato	iii. a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato
	Não temos membros não remunerados.	Não temos membros não remunerados.	Não temos membros não remunerados.	Não temos membros não remunerados.	Não temos membros não remunerados.
d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos
e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos	Não Possuímos

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social Vigente (2026)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
		Estatutária		
Número Total de Membros	4	2	4	10
Número de Membros Remunerados	4	2	4	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	1.177.600,73	963.834,59	472.232,57	2.613.667,89
Benefícios diretos e indiretos		284.313,55		284.313,55
Participação em Comitês	387.378,57			387.378,57
Outros (INSS)	Ônus do Empregador	Ônus do Empregador	Ônus do Empregador	0,00
Remuneração Variável	0	0,00	0	0,00
Bônus		1.223.850,79		1.223.850,79
Participação nos resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros		2.858.853,74		2.858.853,74
Benefícios pós-emprego	0	54.057,41	0	54.057,41
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0,00
Total da remuneração	1.564.979,29	5.384.910,09	472.232,57	7.422.121,95

Nota 1: O valor do Comitê de Auditoria e Estratégia e de R\$ 903.883,32 para 2026

Nota 2: Outros – Remuneração variável atrelada a preservação da continuidade financeiras da Companhia e a implementação de medidas de estabilização de sua liquidez, em linha com o processo de reestruturação em curso.

Exercício Social Encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
		Estatutária		
Número Total de Membros	4	2	4	10
Número de Membros Remunerados	4	2	4	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	1.110.655,03	1.720.618,64	459.132,00	3.290.405,67
Benefícios diretos e indiretos		295.707,52		295.707,52
Participação em Comitês	272.012,00			272.012,00
Outros (INSS)	Ônus do Empregador	Ônus do Empregador	Ônus do Empregador	0,00
Remuneração Variável	0	0,00	0	0,00
Bônus		815.119,63		815.119,63
Participação nos resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (INSS)		Ônus do Empregador		0,00
Benefícios pós-emprego	0	57.891,80	0	57.891,80
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0,00
Total da remuneração	1.382.667,03	2.889.337,59	459.132,00	4.731.136,62

Nota 1: Em 2025 tivemos um custo de Rescisão de R\$ 639.560 e uma retenção paga R\$ 380.000,00, mas desse valor foi devolvido R\$ 276.249,44.

Exercício Social Encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
		Estatutária		
Número Total de Membros	8	2	4	14
Número de Membros Remunerados	8	2	4	14
Remuneração Fixa Anual	3.093.973,70	5.235.531,31	532.710,72	8.862.215,73
Salário / Pró-labore	2.092.767,42	3.974.292,83	443.925,60	6.510.985,85
Benefícios diretos e indiretos		472.422,95		472.422,95
Participação em Comitês	485.544,00			485.544,00
Outros (INSS)	515.662,28	788.815,53	88.785,12	1.393.262,93
Remuneração Variável	0	1.066.697,27	0	1.066.697,27
Bônus		888.914,39		888.914,39
Participação nos resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (INSS)		177.782,88		177.782,88
Benefícios pós-emprego	0	29.563,95	0	29.563,95
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0,00
Total da remuneração	3.093.973,70	6.331.792,53	532.710,72	9.958.476,95

Nota 1: Valor na linha “outros” correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

Exercício Social Encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
		Estatutária		
Número Total de Membros	8	2	4	14
Número de Membros Remunerados	8	2	4	14
Remuneração Fixa Anual	2.874.294,40	3.376.895,73	515.656,74	6.766.846,87
Salário / Pró-labore	1.825.244,80	2.607.073,11	429.713,95	4.862.031,86
Benefícios diretos e indiretos		248.408,00		248.408,00
Participação em Comitês	570.000,00			570.000,00
Outros (INSS)	479.049,60	521.414,62	85.942,79	1.086.407,01
Remuneração Variável	0	1.121.947,19	0	1.121.947,19

Bônus		934.955,99		934.955,99
Participação nos resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (INSS)		186.991,20		186.991,20
Benefícios pós-emprego	0	32.466,24	0	32.466,24
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0,00
Total da remuneração	2.874.294,40	4.531.309,16	515.656,74	7.921.260,30

Nota 1: Valor na linha “outros” correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social Encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	4	2	4	10
Número de Membros Remunerados	0	2	0	2
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 173.530,00	N/A	R\$ 173.530,00
Bônus - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 815.119,63	N/A	R\$ 815.119,63
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	R\$ 815.119,63	N/A	R\$ 815.119,63
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	0	N/A	0
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Encerrado em 31.12.2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--------------------------------	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Número Total de Membros	8	2	4	14
Número de Membros Remunerados	0	2	0	2
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 800.022,95	N/A	R\$ 800.022,95
Bônus - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.333.371,59	N/A	R\$ 1.333.371,59
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	R\$ 1.333.371,59	N/A	R\$ 1.333.371,59
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 1.066.697,27	N/A	R\$ 1.066.697,27
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Encerrado em 31.12.2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	2	4	14
Número de Membros Remunerados	0	2	0	2
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 841.460,39	N/A	R\$ 841.460,39
Bônus - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.402.433,99	N/A	R\$ 1.402.433,99
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	R\$ 1.402.433,99	N/A	R\$ 1.402.433,99
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 1.121.947,19	N/A	R\$ 1.121.947,19
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
------------------------------------------------------------	-----	-----	-----	-----

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável. A companhia não adotou plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária no último exercício social e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável. A companhia não adotou remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos anos de 2022, 2023 e 2024 e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.6. Informações em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável. A companhia não adotou remuneração baseada em opção de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos anos de 2022, 2023 e 2024 e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.7. Opções de compra de ações em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável. A companhia não adotou remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária no último exercício social. Portanto, ao final do último exercício social, não existiam opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.”

8.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. Não existiram opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais. A companhia não adotou remuneração baseada em ações no conselho de administração e na diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável. A companhia não entregou ações ao conselho de administração e à diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável. A companhia não distribuiu ações ao conselho de administração e para a diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. A companhia não entregou ações ao conselho de administração e da diretoria estatutária nos últimos 3 exercícios sociais. Portanto, nos últimos 3 exercícios sociais, não existiram ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Explicação do método de precificação do valor das opções:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável. A companhia não adotou remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos anos de 2022, 2023 e 2024 e não há previsão de adoção para o exercício social corrente.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

No exercício social encerrado em 2024, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal não detinham, direta ou indiretamente, ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, pelos acionistas e pelas sociedades controladas ou sob controle comum.

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Os membros do conselho de administração da Companhia não são elegíveis ao plano de previdência em vigor.

Conselho de Administração	
Número de membros	8,00
Número de membros remunerados	8,00
Nome do plano	Os membros do conselho de administração da Companhia não são elegíveis ao plano de previdência em vigor.
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	
Condições para se aposentar antecipadamente	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	
Possibilidade de resgate antecipado e condições	

Diretoria Estatutária	
Número de membros	2,00
Número de membros remunerados	2,00
Nome do plano	BrasilPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	No exercício social encerrado em 2024, não havia membros da diretoria estatutária que reunissem as condições necessárias para se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	O plano de previdência em vigor estabelece as seguintes condições para se aposentar antecipadamente: ter no mínimo 60 anos de idade, tempo de contribuição mínimo de 1 ano e perda do vínculo com a companhia.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 366.780,81
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 29.563,95
Possibilidade de resgate antecipado e condições	O participante poderá, durante o período de diferimento e após o cumprimento do prazo de carência de 60 dias a contar da data de inscrição, solicitar o resgate antecipado dos valores de sua contribuição. Após o período de vesting de 12 meses, mediante encerramento de vínculo

	de prestação de serviços, o executivo poderá resgatar 100% dos valores aplicados pela companhia.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------

8.15. Remuneração média do conselho de administração, da diretoria estatutária, e do conselho fiscal relativa aos 3 últimos exercícios sociais:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados R\$	Valor da Maior Remuneração Individual R\$	Valor da Menor Remuneração Individual R\$	Valor Médio de Remuneração Individual R\$
2025	4	4	205.486	254.879	205.486
2024	8	8	367.702	246.438	313.915
2023	8	8	363.504	243.624	273.787

Obs:

2025 com base no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP: “Observação” do próprio item 8.15 que o valor foi apurado com a exclusão de 3 membros do órgão devido a não exercer a função 12 meses em 2025.

Valor da Maior Remuneração Individual: O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão deverá ser apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O emissor deverá informar ainda, em nota no próprio item 8.15, o número de meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na entidade: (1 Membro - 12 meses / 1 Membro – 7 meses / 1 Membro - 11 meses / 1 Membro – 5 meses

B) DIRETORIA ESTATUÁRIA:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados R\$	Valor da Maior Remuneração Individual R\$	Valor da Menor Remuneração Individual R\$	Valor Médio de Remuneração Individual R\$
2025	2	2	1.181.859	980.788	1.181.859
2024	2	2	1.743.818	530.111	3.165.896
2023	2	2	2.319.309	1.468.979	2.265.654

Obs:

2025 com base no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP:

Valor da Maior Remuneração Individual: O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão deverá ser apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O emissor deverá informar ainda, em nota no próprio item 8.15, o número de meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na entidade : (1 Membro - 12 meses / 1 Membro – 11 meses), foi considerado o salário, bônus e benefícios do estatutário que é o detentor do maior salário, multiplicado por 12 (12 meses), enquanto para o valor médio de remuneração individual foi considerado o valor total dos salários, bônus e benefícios dos diretores estatutários em 2024, dividido pela quantidade de membros, conforme entendimento da orientação da nota 3: “O Valor Médio de Remuneração Individual considera o total do item 8.2 dividido pelo número de membros”.

C) CONSELHO FISCAL:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados R\$	Valor da Maior Remuneração Individual R\$	Valor da Menor Remuneração Individual R\$	Valor Médio de Remuneração Individual R\$
2025	4	4	90.870	114.783	90.870
2024	4	4	110.981	110.981	133.178
2023	4	4	109.714	109.714	128.914

Obs:

2025 com base no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP: “Observação” do próprio item 8.15 que o valor foi apurado com a exclusão de 2 membros do órgão devido a não exercer a função 12 meses em 2025.

Valor da Maior Remuneração Individual: O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão deverá ser apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O emissor deverá informar ainda, em nota no próprio item 8.15, o número de meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na entidade (2 Membros - 7 meses)

ANOS ANTERIORES: O valor médio apresenta-se maior que o maior valor individual pois, para se chegar ao valor da maior remuneração individual foi considerado o salário bruto do conselheiro detentor do maior salário, multiplicado por 12 (12 meses), enquanto para o valor médio de remuneração individual foi considerado o valor total dos salários dos conselheiros fiscais em 2024, incluindo os 20% de INSS e dividido pela quantidade de membros, conforme entendimento da orientação da nota 3: “O Valor Médio de Remuneração Individual considera o total do item 8.2 dividido pelo número de membros (inclui os 20% de INSS, pagos pela empresa)”.

Nota 1: Valores referentes ao valor da maior e menor remuneração dos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração foram considerados com base apenas nos honorários pagos ao longo dos exercícios sociais discriminados, sem a inclusão do INSS.

Nota 2: Os valores das maiores e menores remunerações da Diretoria incluem pró-labore, bônus e benefícios.

Nota 3: O Valor Médio de Remuneração Individual considera o total do item 8.2 dividido pelo número de membros (inclui os 20% de INSS, pagos pela empresa).

Nota 4: O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Nota 5: O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia. O número de meses em que o respectivo membro exerceu suas funções.

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a companhia:

A Companhia possui cláusula de encerramento do contrato antes do prazo sem justa causa, cujas premissas correspondem ao pagamento do valor correspondente à metade do valor total das remunerações mensais fixas faltantes até a data de encerramento do contrato, com um mínimo de 6 meses.

A Companhia contrata regularmente, em condições usuais de mercado, seguro de responsabilidade civil para os seus Administradores (“D&O”). A apólice atual foi contratada junto à Allianz Seguros S.A., possui vigência até 04 de maio de 2025 - ocasião em que é renovada por mais um ano - e oferece cobertura para a Invepar, extensiva a LAMSA, LAMBRA, GRUPAR, GRU Airport e Via 040, e suas subsidiárias. O limite máximo de indenização foi fixado em R\$ 100 milhões e, para tal, o prêmio pago foi de R\$ 160.381,83. A apólice garante proteção ao patrimônio de Diretor, Administrador ou membro do Conselho de Administração, ou qualquer outro cargo executivo e representantes legais, por meio de indenização ou reembolso, à pessoa segurada bem como à sociedade, aos que, no exercício de suas funções, sofram qualquer perda indenizável. Após uma eventual destituição do cargo, o segurado mantém o direito às coberturas da apólice vigente à época em que estava prestando serviço para a empresa tomadora, comprovadas as suas atribuições em função da mesma, observados os prazos prescricionais estabelecidos pela SUSEP e Código Civil.

A Companhia possui contrato de indenidade firmado com o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária em condições usuais de mercado. O contrato estabelece a indenização e isenção de responsabilidade por parte da Diretoria Estatutária da Invepar por toda e quaisquer perdas, danos, despesas, prejuízos, multas e juros, com exceção dos valores eventualmente recebidos por conta de cobertura do contrato de seguro D&O. O Diretor não será indenizado ou isentado das despesas caso seja comprovado dolo, fraude, culpa ou má-fé praticados por ele no exercício de suas funções. A avaliação de eventuais casos indenizatórios será feita por uma Auditoria Interna, a fim de investigar se as despesas em questão foram decorrentes de atos praticados contra a lei e o Estatuto da empresa. As obrigações do referido contrato possuem valor máximo de R\$ 10 milhões de reais e sua vigência é válida durante o período do seu mandato como Diretor, além do prazo prescricional das ações após o fim do mandato. A Companhia não realizou cotação de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado.

Maiores informações sobre o seguro D&O e sobre os contratos de indenidade podem ser verificadas no item 7.7 deste formulário de referência.

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, nos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente:

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31.12.2025
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31.12.2024
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31.12.2023
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

8.18. Valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não foram remunerados por qualquer outra razão que não pela função que desempenham.

8.19. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram reconhecidos quaisquer valores de remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20. Outras informações relevantes

Não há.